

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco

ou o MME:

VEÍCULO: Folha de S. PauloErro! Indicador não definido.

Título: Leilão de transmissão tem deságio de até 74%Erro! Indicador não definido.

Título: Venda de fatia do pré-sal pode render até US\$ 28 bi.....Erro! Indicador não definido.

VEÍCULO: O Estado de S. PauloErro! Indicador não definido.

Título: Decisão de Lewandowski mobiliza PlanaltoErro! Indicador não definido.

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Decisões judiciais desinformadas	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Amazônia bilionária	10
Título: Obra inacabada :: Bruno Boghossian.....	11
Título: Painel.....	12
Título: Leilão de transmissão tem deságio de até 74%.....	14
Título: Decisão de Lewandowski é correta, diz Maia sobre veto a privatizações.....	16
Título: Venda de fatia do pré-sal pode render até US\$ 28 bi.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Mudança em regra do TCU impede leilão de áreas de pré-sal este ano.....	18
Título: Liminar não afeta venda de empresas, diz governo	20
Título: Decisão de Lewandowski mobiliza Planalto	21
Título: Leilão de linhas de energia tem deságio de até 74%.....	22
VEÍCULO: Correio Braziliense	24
Título: Leilão da Aneel vende tudo	24
VEÍCULO: Valor Econômico	26
Título: Mudar decisão no plantão é difícil, sinaliza Cármen	26
Título: Sterlite arremata principais linhas de leilão da Aneel	27

Título: Liminar de Lewandowski pode prejudicar Petrobras	30
Título: Suíça Glencore negocia compra da Alesat, dona da rede de postos Ale.....	31
Título: Samarco tem linha de crédito de Vale e BHP	33
Título: Fatores externos derrubam minério e elevam petróleo	34
Título: Petros cobra R\$ 584 milhões de ex-dirigentes	36
Título: Cadeia petroquímica atrai investimentos.....	38
Título: Energia cara é desafio à expansão do complexo	40
Título: Bahia não tem regras para o mercado livre de gás	41
Título: Bahia avança na cadeia de energia eólica	42

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Decisões judiciais desinformadas

A liminar concedida pelo ministro do Supremo Ricardo Lewandowski, subordinando qualquer privatização de estatal controlada pela União ao Congresso, pode ser vista por alguns ângulos. Dois deles: o da ingerência do Judiciário no espaço administrativo do Executivo — embora, de fato, tudo possa ser reclamado aos tribunais — e o da tomada de decisões por juízes sem que sejam levados em conta reflexos negativos na própria economia, causando perda de renda na sociedade, com menos investimentos e consequente desemprego. Neste caso da liminar concedida no Supremo, e às vésperas do recesso do Judiciário, há o agravante de que a Constituição dá prioridade à iniciativa privada, ficando o Estado com um papel subsidiário. A liminar sucede em poucos dias a duas decisões da Justiça trabalhista que impõem à Petrobras e ao Serpro, empresas públicas, indenizações astronômicas, sem parâmetros.

A Petrobras, mesmo que a decisão tenha sido do Tribunal Superior do Trabalho, informa que impetrará recurso. Não tem alternativa, porque a Justiça impôs à estatal o pagamento de R\$ 15 bilhões, devido a adicionais não pagos embora negociados em acordo coletivo de 2007. Já o Serpro aceitou fazer um acordo em torno de cifras milionárias, para evitar uma despesa maior, alegou a empresa. Assim como nas reclamações contra Petrobras e Serpro, há sindicatos

envolvidos no pedido de liminar contra a privatização. O ato de Lewandowski deriva de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada contra a Lei das Estatais pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.

Estão no seu direito, mas cabe ao Judiciário também entender contextos das reivindicações e conhecer os desdobramentos sobre toda a sociedade de um veredicto desinformado. Há, na verdade, nas estatais, em qualquer país que existam, muitos interesses em jogo, principalmente de corporações que as habitam. Importa a elas a defesa de seus benefícios, sem se preocuparem com o peso que as empresas possam representar para o contribuinte. Muito menos com a necessidade de o principal acionista, o Estado, se desfazer de companhias, para equilibrar as contas, de que dependem a saúde da economia e, portanto, o emprego e a renda de toda a população. A liminar, se confirmada no julgamento do mérito, causará mais dificuldades ao governo Temer e aos próximos, para ajustar as contas.

Passar para o Congresso a decisão de cada privatização — e não apenas a deliberação sobre programas de alienação de estatais — significa inviabilizar as operações. Pois é conhecido o apego que políticos têm a essas empresas, onde empregam apaniguados e podem faturar comissões. Vide a Lava-Jato. Infelizmente, continua a existir a ideia equivocada, de panfletos político-partidários, de que as estatais são do “povo”. Na verdade, trata-se de patrimônio do Tesouro que pode ou não ser usado em favor da sociedade. Mas, na vida real, são exploradas por corporações sindicais, com apoio de partidos, para obter privilégios, pagos, mais à frente, pelo contribuinte, no aumento de capital dessas empresas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Renovar a Bacia de Campos :: Aluízio dos Santos Junior

A Bacia de Campos, que já representou quase 90% da produção nacional de óleo e gás, vive uma fase de declínio, natural após vários anos de exploração da área — hoje, produz 46% do petróleo brasileiro. O impacto socioeconômico já se traduz em menos emprego, investimentos e renda, com repercussão nos municípios do Norte Fluminense, no Estado do Rio e em todo o país. Revitalizar a Bacia de Campos, no entanto, é possível: a ANP submeteu à consulta pública uma minuta de resolução para permitir a redução de royalties sobre a produção

incremental decorrente de novos investimentos em campos maduros, aumentando sua vida útil. A área mais beneficiada será a Bacia de Campos. A iniciativa da ANP vai ao encontro do desejo do país de fomentar a indústria de óleo e gás e estimular investimentos de empresas de diferentes portes e perfis e em áreas distintas.

A resolução, porém, necessita de aperfeiçoamentos para que tenha o efeito desejado e estimule a revitalização de campos maduros. Um dos pontos a serem melhorados é a definição de campo de pequena produção para aplicação de alíquota de 5% de royalties. A minuta de resolução prevê o benefício apenas para campos com produção até 5.000 barris/dia. Para que haja isonomia e sejam consideradas diferenças de custos de operação de campos em mar e terra, uma boa medida é estabelecer produção diária de, no máximo, 5.000 barris/dia para campos e fixar um teto de 20.000 barris/dia para campos de pequena produção offshore. Outro ponto é a obrigatoriedade de produção incremental de 50%, após investimentos na recuperação dos campos.

O ideal seria não arbitrar um índice, mas considerar a média histórica de elevação de produção decorrente de projetos de revitalização de campos maduros já realizados no país. A partir desses dados, seria utilizado o percentual de aumento da produção, que definirá o benefício da redução dos royalties para 5%. O fato mais importante é que, sem o incremento da curva atual de produção na Bacia de Campos, o declínio será acachapante, chegando ao indesejado descomissionamento das unidades de produção (plataformas).

Os referidos ajustes estão sendo analisados no âmbito do processo de consulta e audiência pública até 30 de junho. A nova regulação da ANP será o primeiro passo para introduzir outras medidas, como a fixação de royalties em até 5% para o desenvolvimento de descobertas petrolíferas de pequeno e médio portes. Tais medidas estão alinhadas com as melhores práticas internacionais, pois permitem maximizar ganhos para União, estados e municípios — em especial os do Norte Fluminense, que sofrem com a crise do setor e o declínio da produção nos últimos anos. Para cada gota de óleo a mais extraída do subsolo, haverá aumento no valor pago em participações governamentais, tributos, investimentos e empregos diretos e indiretos.

Aluizio dos Santos Junior é prefeito de Macaé

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E DANIELLE NOGUEIRA****Título: Fusão com Embraer teria influenciado ministro**

Acordo entre brasileira e Boeing seria pano de fundo para liminar de Lewandowski que freia privatizações

-BRASÍLIA E RIO- A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski de conceder liminar proibindo o governo de vender estatais sem o aval do Congresso teria como pano de fundo a venda da fabricante de aviões Embraer à americana Boeing, disseram assessores próximos ao magistrado. Forte defensor da soberania nacional e contra a venda da Embraer, uma empresa privada, por considerá-la estratégica para a defesa, Lewandowski vê com maus olhos a parceria com a Boeing, segundo fontes próximas ao ministro. Procurada, a assessoria de Lewandowski informou apenas que a operação no setor aéreo “não foi o objeto do processo analisado pelo ministro”.

A necessidade de aval prévio do Congresso para a privatização de qualquer estatal dificulta os planos do governo. Até agora, por lei, apenas as eventuais privatizações de Petrobras, Eletrobras, Caixa e Banco do Brasil precisavam obter concordância do Parlamento. Com a decisão do ministro do STF, todas as privatizações (inclusive de subsidiárias e controladas) precisam passar pela análise de deputados e senadores. Para duas fontes ligadas a Lewandowski, o ministro já iria dar uma interpretação restritiva às privatizações ao analisar a Lei das Estatais — alvo do processo em que a liminar foi concedida. Por isso, assessores do ministro avaliam que, se ele tiver de decidir sobre a venda da Embraer aos americanos, vai se posicionar de maneira contrária a ela. Eles leram sua decisão de conceder a liminar como uma reação à aquisição da fabricante de aviões brasileira pela Boeing.

PODER DE VETO NA EMBRAER

Mesmo sendo uma empresa privada (a desestatização foi na década de 1990), o governo brasileiro tem poder de veto sobre decisões estratégicas da Embraer, inclusive a venda de controle acionário, por deter uma ação de classe especial, a golden share. Nos últimos dois meses, o Sindicato dos Metalúrgicos da cidade e região, ligado à Conlutas, estima que 300 funcionários da unidade da Embraer em São José dos Campos (SP) tenham sido demitidos. Para o diretor do sindicato, Hebert Claros, o corte seria uma sinalização de que um acordo com a Boeing está próximo. Ontem, a ação da Embraer com direito a voto subiu 3,53% na B3 (ex-Bovespa), para R\$ 24,64, com a aposta de que um anúncio estaria

para ocorrer em alguns dias. Segundo o sindicato, há relatos dos funcionários de que a Boeing consideraria o quadro de funcionários inchado. As demissões teriam por objetivo preparar a companhia para a venda. Claros afirma que o sindicato mantém sua posição contrária ao acordo, mas disse que a estratégia para travar o negócio não está definida:

— Não vamos aceitar o acordo. Mas não temos detalhes de como ele será. Podemos entrar na Justiça para tentar barrá-lo ou fazer uma greve — observou Claros. Enquanto isso, o governo prepara o recurso que será apresentado ao Supremo na tentativa de reverter a decisão de Lewandowski. O caso será analisado pelo plenário da Corte, mas a data ainda não foi marcada. A Advocacia-Geral da União (AGU) deve alegar, entre outros pontos, que a lei que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) já assegura o amparo legal às privatizações. Por essa legislação, basta um decreto presidencial para autorizar a venda. Na interpretação do departamento jurídico do BNDES — responsável legal pelos estudos de concessão e privatização no país —, a decisão do ministro afeta apenas projetos de privatização, não atingindo as concessões, como de rodovias, ferrovias, aeroportos e da Lotex (a raspadinha da Caixa).

ELETROBRAS É MAIS AFETADA

A avaliação no governo é que a principal afetada com a determinação do STF, por enquanto, é a Eletrobras. A empresa tenta vender as seis distribuidoras de energia que operam no Norte e no Nordeste (o leilão da empresa de Alagoas foi suspenso também por determinação de Lewandowski). A licitação está marcada para 26 de julho. Se não conseguir vendê-las, elas serão liquidadas. Nesse cenário, o custo para a Eletrobras seria de R\$ 25 bilhões. Para evitar a liquidação e ganhar tempo para a privatização, a Eletrobras convocou assembleia de acionistas para estender o prazo para a venda das subsidiárias para 31 de dezembro — hoje, o prazo é 31 de julho. Apontado como fundamental para a viabilizar a venda dessas empresas, um projeto de lei que resolve os passivos das distribuidoras está parado na Câmara.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Norma do TCU dificulta megaleilão de petróleo

Nova regra inviabiliza venda de óleo excedente em campos do pré-sal este ano

BRASÍLIA - Uma mudança feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) deve inviabilizar a realização de um megaleilão de petróleo do pré-sal neste ano. A

licitação já estava com a data préagendada para 29 de novembro e poderia render até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Mas, em decisão da semana passada, o tribunal alterou a sistemática de acompanhamento de desestatizações e concessões, e passou a exigir o envio de um extrato com todas as informações relacionadas a qualquer licitação com antecedência mínima de 150 dias da data da publicação do edital. A medida obriga o Executivo a enviar os dados pelo menos seis meses antes da data marcada para a disputa, incluindo o prazo do edital.

PROPOSTA APROVADA NA CÂMARA

A realização do leilão ainda depende de um acordo entre União e Petrobras em torno do contrato de cessão onerosa (acordo pelo qual a empresa adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris na camada pré-sal). Nos campos negociados, existe mais petróleo do que o volume acertado com a União. É esse excedente que o governo quer leiloar. O problema é que há divergências em torno da revisão do contrato da cessão onerosa, e isso tem de ser resolvido antes de se discutir o restante do petróleo. As negociações se estendem há meses. Tanto para se chegar a um acordo sobre o contrato com a Petrobras, quanto para fazer o leilão, o governo precisa aprovar no Congresso um projeto de lei que cria parâmetros para a licitação e para as negociações. Essa proposta teve o texto principal aprovado na Câmara na semana passada. Mas os deputados ainda precisam analisar destaques (possíveis alterações no projeto) para, em seguida, enviar o texto ao Senado.

ARRECADAÇÃO COBRIRIA ROMBO

A nova orientação do TCU é mais um revés para o governo na tentativa de viabilizar o leilão. A instrução normativa com as novas regras do Tribunal foi publicada nesta semana no Diário Oficial da União e já está em vigor. Pelas novas diretrizes, o Executivo deve enviar ao órgão um “extrato do planejamento da desestatização prevista, em que conste a descrição do objeto, previsão do valor dos investimentos, sua relevância, localização e respectivo cronograma licitatório, com antecedência mínima de 150 dias da data prevista para publicação do edital”. Mesmo que o governo enviasse as informações para o TCU hoje, só poderia publicar o edital em 26 de novembro. Entre a publicação do edital e a realização do leilão, o intervalo padrão seguido pelo governo é de 45 dias. Ou seja, se tudo ocorresse sem atrasos, a licitação só poderia ser marcada para janeiro, após a posse do novo presidente da República. Fontes ligadas ao Ministério de Minas e Energia admitem que a instrução normativa pode inviabilizar o leilão do excedente da cessão onerosa neste ano. O governo precisa da arrecadação com a licitação para ajudar a tapar o rombo nas contas públicas.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: RENNAN SETTI****Título: Petros processa ex-dirigentes e cobra R\$ 583 milhões em ressarcimento**

Fundação acusa gestão passada de irregularidades em compra de fatia da Itaúsa

A Petros, fundo de pensão da Petrobras, entrou com processo na Justiça do Rio em que cobra indenização de R\$ 583,4 milhões de ex-dirigentes e ex-membros do conselho deliberativo da fundação. Segundo petição inicial obtida pelo GLOBO, a Petros acusa dez de seus antigos presidentes, diretores e conselheiros de terem descumprido normas e faltado com dever de diligência na operação de compra de fatia da Itaúsa, holding de investimentos do Itaú, em 2010. Segundo a acusação, a transação causou um prejuízo de mais de meio bilhão de reais à fundação. “Os réus, em diversos momentos, faltaram com o seu dever de diligência como administradores dos planos de benefícios da Petros, bem como descumpriram diversas normas, inclusive internas, quando da aprovação da operação que gerou prejuízo milionário aos planos de benefícios geridos pela Petros”, acusa o processo.

Por causa de prejuízos como esse, além do quadro de recessão econômica, a Petros acumulou déficit bilionário nos últimos anos. Os participantes do principal plano do fundo já estão pagando contribuição extra para cobrir o déficit acumulado, em um equacionamento que soma R\$ 27,3 bilhões. Eles arcam com cerca de metade da conta, a ser saldada em valores mensais extras por 18 anos. Muitos estão recorrendo à Justiça alegando irregularidades no equacionamento. O número de liminares que suspendem a cobrança de contribuição extra subiu de 29 para 86 desde março. Hoje, cerca de 11.200 participantes estão dispensados de pagar a contribuição extra por causa de liminares.

A ação contra os ex-dirigentes foi uma recomendação da comissão de sindicância interna, instaurada pelo atual presidente, Walter Mendes, que vem analisando operações passadas que teriam causado prejuízo à Petros. De acordo com a sindicância, houve sobrepreço na aquisição de um lote de 192.572.583 ações ordinárias da Itaúsa que pertenciam à construtora Camargo Corrêa. A Petros contratou laudo do economista Rafael Chaves Santos, da Fundação Getulio Vargas (FGV), que concluiu que a Petros pagou sobrepreço de R\$ 583.494.926 na transação.

O preço justo das ações seria R\$ 12,50, em vez dos R\$ 14,48 pagos. Só em dezembro passado a fundação vendeu sua fatia de 15,27% na Itaúsa, por R\$ 4,519 bilhões. No processo, a Petros pede, caso a Justiça não entenda que os

acusados devam ressarcir-la em R\$ 583,4 milhões, que eles paguem pelo menos R\$ 151,5 milhões, valor que teria sido apontado pela Previc, órgão regulador dos fundos de pensão, como prejuízo desde a data de assinatura de um aditivo ao memorando de entendimentos para a transação entre Petros e Camargo Corrêa. Em nota, a Petros afirmou que vem fazendo “apuração de eventuais irregularidades na gestão dos investimentos feitos no passado, e o ajuizamento de ações de responsabilização e pedido de ressarcimento é consequência desse processo”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: ANA PAULA RIBEIRO

Título: Leilão de linhas de transmissão tem deságio de 52%

Companhia indiana arrematou seis dos 20 empreendimentos. Investimento total é de R\$ 6 bi

SÃO PAULO - O leilão para operar e construir linhas de transmissão de energia em 16 estados brasileiros, realizado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na B3, teve deságio médio de 52,3% e muita disputa entre investidores estrangeiros. O destaque ficou para os indianos da Sterlite Power, que levaram seis dos 20 lotes ofertados e vendidos. O investimento total previsto para todos os empreendimentos concedidos é de R\$ 6 bilhões, e o prazo para o início de operação varia de 36 meses a 63 meses a partir da assinatura dos contratos. A empresa indiana, que é líder no setor de transmissão em seu país, ficou com o maior lote, o terceiro a ser leilado, com 541 quilômetros de extensão, localizado entre os estados de Ceará e Rio Grande do Norte. O lance dado foi de R\$ 85,050 milhões de receita anual, o que representa um deságio de 58,54% sobre o valor máximo estipulado pela agência e que constava no edital.

A Sterlite Power já havia participado do último leilão de linhas de transmissão, em dezembro do ano passado, no qual o deságio médio foi 40,46%. O Brasil foi o primeiro país onde a Sterlite fez investimentos depois da Índia. O leilão começou com sete horas de atraso, depois que a empresa Jaac Materiais foi impedida de participar devido a um problema com o depósito das garantias. A companhia, que tem sede em Araraquara (SP), obteve uma liminar no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que acabou sendo derrubada pela Justiça Federal. A Jaac participava exatamente da concorrência do maior lote ofertado, que acabou sendo arrematado pelos indianos. No total, mais de 40 grupos participaram da disputa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Amazônia bilionária

Completa dez anos uma iniciativa destinada a promover a conservação da maior floresta tropical do planeta. Iniciado com um aporte de US\$ 1,1 bilhão do governo da Noruega, o Fundo Amazônia chegou a US\$ 1,2 bilhão (R\$ 4,6 bilhões no câmbio atual) com doações da Alemanha e da Petrobras.

O dinheiro é depositado na proporção do sucesso obtido na redução do desmatamento. Quando a devastação cresce, como em 2015 e 2016 (24% e 27% de incremento, respectivamente), o fluxo cai.

As quantias transferidas ficam sob gestão do BNDES. O banco federal de fomento desembolsou até aqui R\$ 954 milhões para apoiar cem projetos. Monta a 345 o total de instituições dedicadas a atividades produtivas sustentáveis já atendidas. Entre elas há organizações não governamentais, mas igualmente órgãos públicos.

É o caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A partir de 2016, num período de 12 meses, o órgão recebeu R\$ 56 milhões, em meio à aguda restrição orçamentária federal.

Empregou-se a verba para manter e ampliar as operações de combate ao desmatamento. Houve aumento da frota de viaturas e aluguel de helicópteros. Após o salto de 2016, quando 7.893 km² de floresta amazônica sucumbiram, a taxa de desmatamento voltou a cair. Em 2017 recuou a 6.947 km², uma redução de 12%.

Parece ter sido providencial para reverter a tendência, assim, a contribuição dada pelo Fundo Amazônia. Cabe destacar, contudo, que esse arranjo só se torna aceitável numa situação excepcional como a dos imperativos cortes drásticos nas despesas do governo.

Há pelo menos dois motivos para argumentar que o socorro ao Ibama não deve se prolongar em demasia. Em primeiro lugar, impedir o desmatamento ilegal constitui função precípua do Estado. Fazer cumprir a lei não é algo que possa depender de doações estrangeiras.

Depois, importa assinalar que a fonte de recursos surgiu para fomentar atividades que criem alternativas ao modelo tradicional de ocupação da região.

Já passou o tempo de destruir a floresta sem gerar renda e empregos para a maioria de seus habitantes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Obra inacabada :: Bruno Boghossian

Brasília- Michel Temer era um governante com apenas 31% de rejeição quando sancionou a lei que pretendia limitar a influência política sobre as empresas estatais, em junho de 2016. O presidente achou uma boa ideia estabelecer restrições à indicação de dirigentes dessas companhias pelos partidos de sua base aliada.

A disparada da impopularidade de Temer, a crise aberta pela delação da JBS e a pressão dos próprios políticos trataram de transformar essa reforma em uma obra inacabada.

Dois anos depois da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade das Estatais, a maioria das empresas se adequou às regras, incluindo em seus estatutos normas de transparência e auditoria. Das 113 companhias atualmente submetidas à lei, 87 adaptaram seus estatutos no prazo.

"É uma lei paradigmática, porque muda um conceito: tiramos a governança da vontade e colocamos atributos legais claros", diz o secretário de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares.

O maior avanço da legislação foi determinar que dirigentes das companhias precisam ter experiência e não podem ser filiados a partidos ou sindicatos. Seria uma ilusão, porém, acreditar que os políticos deixariam de dar as cartas nesse jogo.

Enfraquecido, Temer fez concessões no varejo. Aceitou, por exemplo, manter o PP no comando da Caixa mesmo depois da revelação de suspeitas de corrupção no banco.

O presidente cedeu aos partidos políticos e esfriou planos de privatização da Casa da Moeda, controlada pelo PTB, e do aeroporto de Congonhas, para agradar ao PR de Valdemar Costa Neto. Um Congresso indisciplinado também estabeleceu entraves à capitalização da Eletrobras.

"Discutir privatização em ano eleitoral não é fácil. Mas não significa que esse debate esteja bloqueado", pondera o secretário de Estatais.

Ao celebrar um ano da lei, em 2017, Temer se orgulhou: "Nós frustramos interesses de gente poderosa". Em pouco tempo, o presidente lembrou que precisava deixar essa gente satisfeita para ficar no poder.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Painel

Os intocáveis

Integrantes do Planalto afirmam que a cúpula do Judiciário começou a se mobilizar para tentar convencer o governo a — em meio a cortes de verbas até para saúde e educação — conceder um aumento de 12% para o seu funcionalismo. Segundo dados preliminares, o reajuste teria um impacto de cerca de R\$ 12 bilhões nas contas do Tesouro. O movimento ocorre no momento em que há discussão sobre compensações à suspensão de verbas indenizatórias de juizes, como o auxílio-moradia.

Costas quentes

Integrantes de entidades que defendem os interesses da magistratura dizem que, hoje, ao menos seis dos onze ministros do Supremo são favoráveis à tese de que o auxílio-moradia só deve ser extinto se houver a aprovação de uma compensação nos salários.

De bonde

Interlocutores do STF, do STJ, do CNJ e de entidades de classe reivindicaram o reajuste ao Planejamento.

Dono do tempo

O ministro Luiz Fux, relator de ação que questiona o auxílio no STF, ampliou o pagamento do privilégio a todos os juizes com base em uma liminar e manteve o caso parado em seu gabinete por três anos. Não há data para julgamento definitivo.

Terra arrasada

Em reunião com sindicalistas, o ministro Eduardo Guardia (Fazenda) foi curto e grosso diante das alegações de que os funcionários da Eletrobras são contra a privatização porque querem preservar empregos. Explicou que, se nada for feito, não vai sobrar pedra sobre pedra.

Vai fechar

A cúpula do Ministério de Minas e Energia diz que, mantida a interdição da venda de seis distribuidoras da Eletrobras pelo Supremo, não há saída além da liquidação dessas empresas.

Ainda falta

Quem acompanha o inquérito que investiga o decreto dos Portos, a nova pedra no sapato de Michel Temer, avalia que a Polícia Federal não teria mesmo condições de fechar o caso agora.

Quase

Motivos: as ligações entre a norma editada pelo presidente e empresas do setor portuário ainda seriam precárias e, além disso, o material mais promissor — papéis da Argeplan, empresa do coronel Lima, um aliado de Temer —, mal foi destrinchado. A PF pediu mais 60 dias.

Deixe que falem

Diante do intenso desentendimento entre seus advogados, Lula encarregou dirigentes do PT de pedirem ao criminalista Sepúlveda Pertence que vá visitá-lo na próxima semana. Ele quer que o ex-presidente do STF continue em sua defesa.

Quem manda?

Pertence disse a petistas que, após ter sido desautorizado por Cristiano Zanin, precisa saber se terá autonomia para atuar.

EXPERTISE

Para a direção do PT, a presença de Pertence é fundamental. O Supremo, dizem petistas, exige articulação e conhecimento profundo de seu *modus operandi*.

Só o começo

Desde que decidiu restringir o foro de autoridades sob sua alçada, na semana passada, o STJ baixou 11 casos de conselheiros de tribunais de conta e governadores à primeira instância.

Segura essa

Do TCM da Bahia, Mário Negromonte está nessa leva. O ministro Luis Felipe Salomão enviou seu caso para a temida 13a vara de Curitiba: a de Sergio Moro.

Gêmeo bom

A performance do presidenciável do PDT, Ciro Gomes, na palestra à investidores da XP foi descrita como "cativante e agradável". Ele mostrou seu lado ponderado. Defendeu o respeito a contratos e admitiu que a crise fiscal existe e é grave.

Deixe-me ir

O risco de o PSB e o PC do B se unirem a Ciro, isolando o PT é, hoje, real.

AJEITA A BOLA

Carlos Siqueira, presidente do PSB, e Luciana Santos, do PC do B, estiveram com o governador Paulo Câmara (PSB-PE) nesta quinta (28). O papo ocorreu um dia após ele receber Gomes.

Uni-vos

PP, DEM e SD, que flertam com Ciro, não veem problema na ampliação da aliança

TIROTEIO

O santo está desesperado por não convencer ninguém, mas já tomou uma liminar contra sua campanha negativa ilegal

De Gustavo Bebianno, presidente do PSL e assessor de Bolsonaro, sobre as peças feitas pela campanha de Alckmin contra o deputado

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Leilão de transmissão tem deságio de até 74%

O destaque foram os indianos da Sterlite Power que levaram seis dos 20 lotes e comemoraram aos gritos de "é hexa"

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o governo federal leiloaram na tarde desta quinta-feira (28), 20 lotes para a construção, operação e manutenção de aproximadamente 2,6 mil quilômetros de linhas e subestações em 16 estados do país, com previsão de R\$ 6 bilhões de investimentos pelos próximos 30 anos.

O leilão, que ocorreu na B3, começou com sete horas de atraso. Estava agendado para as 9h, mas teve início perto das 16h, por causa de uma decisão judicial conseguida pela participante Jaac Materiais e Serviços de Engenharia. O consórcio havia sido desqualificado. Após ação da AGU (Advocacia-Geral da União), ficou decidido que participaria sob júdice.

Ao dar as boas vindas aos investidores em discurso na B3, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da República, Ronaldo Fonseca, retificou o crescimento do Brasil e sua "segurança jurídica aos investidores privados" —provocando gargalhadas do público que estava há horas esperando que a liminar fosse derrubada.

O certame contou com a participação de 47 consórcios. Entre os integrantes estavam grandes grupos de energia, que já era esperados, como a Engie, a CPFL

(controlada pela chinesa State Grid), a indiana Sterlite Power e a EDP de Portugal.

Por causado atraso, o leilão se entendeu pela noite. Houve intensa disputa pelos 20 lotes. Os deságios foram elevados. Na media ficaram em 50%.

O destaque em desconto foi o trecho em São Paulo que vai atender a região do Vale do Paraíba. Dez proponentes levaram o deságio a 73,92%. A Cteep, (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), controlada pela colombiana ISA, saiu vencedora com um lance que derrubou a receita inicial de R\$ 38,8 milhões para R\$ 10,1 milhões.

Apesar de haver uma enorme expectativa em relação aos chineses, que foram os grandes vencedores em leilões anteriores na área de transmissão e de geração, os mais agressivos desta vez foram os indianos da Sterlite Power.

Eles levaram seis dos 18 lotes. Entre eles estava um trecho no Pará considerado um dos mais difíceis do leilão.

Por estar localizado em região de mata nativa, a avaliação dos investidores é que haverá dificuldades para se conseguir a licença ambiental. Três dos seis proponentes desistiram de participar. A previsão de andamento das obras é um dos critérios para a concessão de deságio. Quanto mais atravancado o cenário, mais baixo tende a ser o desconto.

Mas apesar de o trecho ser complicado, os indianos levaram o lote com um deságio de 32,4%.

Também coube aos indianos o protagonismo mais emocionante do dia. Na disputa da linha que cruza mais de 500 km nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, o primeiro lance, com o agressivo deságio de 51,9% foi feito pelo consórcio Jaac, o responsável por atrasar o certame com questionamento judicial.

O lance gerou forte reação entre os participantes. A Sterlite Power, porém, levou o trecho com um deságio de 58,5% levando os demais participantes e comemorar a vitória sobre o consórcio Jaac.

O último lote, em Minas Gerais, foi colocado em disputa por volta das 21h e também foi arrematado pelos indianos que encerraram o pregão aos gritos de “É hexa, hexa”.

Ao ser abordado na B3 para falar sobre o outro leilão, o das distribuidoras da Eletrobras, o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, se mostrou otimista.

Segundo ele, o governo federal está confiante de que será possível derrubar uma liminar do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski que exige consulta prévia ao Legislativo antes de privatizações para evitar que a decisão judicial impeça a realização de um leilão para a venda de seis distribuidoras de eletricidade da estatal Eletrobras, disse o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco.

“Claro que acredito que haverá de prevalecer o bom senso, e o bom senso indica que a melhor solução sob todos pontos de vista é a realização da transferência (do controle das distribuidoras) para empresas privadas, que estão inclusive interessadas”, afirmou Moreira Franco.

O leilão das distribuidoras está agendado para 26 de julho. Ocorre que o STF entra hoje em recesso e, sem uma decisão, o leilão será adiado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniel Carvalho

Título: Decisão de Lewandowski é correta, diz Maia sobre veto a privatizações

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), saiu em defesa da decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), de proibir privatizações sem o aval de parlamentares.

Na quarta-feira (27), o ministro proibiu o governo federal, estados e municípios de vender o controle acionário de estatais e de suas subsidiárias sem aval do Poder Legislativo e sem licitação prévia.

“A decisão de Ricardo Lewandowski está correta. Vender ativo do Estado precisa ter aprovação do Congresso. É assim na democracia representativa”, disse Maia à Folha nesta quinta-feira (28).

A medida dificulta os planos do Palácio do Planalto e de demais esferas de privatizar empresas para fazer caixa e melhorar contas públicas em meio à retomada lenta da economia.

O governo federal está confiante de que será possível derrubar a liminar (decisão provisória) de Lewandowski.

O Planalto trabalha para evitar que a decisão judicial impeça a realização de um leilão para a venda de seis distribuidoras de eletricidade da estatal Eletrobras.

O leilão das distribuidoras, em operação em seis estados do Norte e do Nordeste, está agendado para 26 de julho. Serão leiloadas unidades em Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Alagoas e Piauí.

A medida cautelar que determina a consulta prévia ao Legislativo foi deferida em ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenaee) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

As entidades questionaram vários trechos da Lei das Estatais (13.303/2016), sancionada no governo Michel Temer, cujo texto regulamenta dispositivos da Constituição e faz alterações na governança das empresas públicas. Elas pediram a suspensão, por liminar, da eficácia de toda a lei.

O ministro acolheu o pedido apenas parcialmente, ao avaliar questionamentos a artigo que torna dispensável a realização de licitação para a compra e venda de ações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Venda de fatia do pré-sal pode render até US\$ 28 bi

O projeto de lei que permite à Petrobras vender participação em reservas cedidas pelo governo federal em 2010 pode render à estatal US\$ 28 bilhões (R\$ 108 bilhões), calcula o MME (Ministério de Minas e Energia).

O texto seria votado na Câmara dos Deputados na segunda-feira (25), mas não houve quórum.

A estimativa foi feita pelo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, em palestra na Escola Superior de Guerra na quarta (27).

A projeção considera a possibilidade de venda de até 70% de participação nos campos, que foram cedidos pelo governo no processo de capitalização da estatal.

Em troca de ações para a União participar do aumento de capital, a Petrobras ganhou o direito de explorar até cinco bilhões de barris do pré-sal, em uma operação conhecida como cessão onerosa.

O contrato está sendo revisto para adequar os termos à nova realidade de preços do petróleo.

O projeto de lei que permite a venda de participação na área é considerado fundamental para que o governo federal possa licitar reservas excedentes descobertas na área.

Mas enfrenta a resistência da oposição e sindicatos ligados à Petrobras.

“Uma vez aprovada, a mudança deverá render à Petrobras em torno de US\$ 28 bilhões”, disse Moreira Franco em sua palestra para um público formado por militares, mas fechada à imprensa.

“Isso aumentará a capacidade financeira da empresa e o valor de suas ações”, acrescentou o ministro.

Na época em que o contrato foi assinado, a Petrobras pagou à União um volume de ações equivalente a R\$ 74,8 bilhões.

A lei que permitiu a operação, porém, impedia a venda de participação a outras empresas.

Atividades exploratórias indicaram que há muito mais petróleo nas áreas do que os cinco bilhões de barris cedidos à empresa.

Em 2013, o governo tentou passar esse excedente diretamente à estatal.

Porém, a operação foi suspensa por questionamentos do TCU (Tribunal de Contas da União).

Agora, parte das reservas adicionais devem ser usadas para compensar a estatal pela queda no preço do petróleo desde a assinatura do contrato e o restante, levado a leilão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Adriana Fernandes

Título: Mudança em regra do TCU impede leilão de áreas de pré-sal este ano

Cessão onerosa. Governo esperava arrecadar R\$ 100 bi com a licitação do petróleo excedente das áreas de pré-sal prevista para ocorrer no dia 26 de novembro, mas não terá tempo suficiente para enviar informações cobradas pelo Tribunal de Contas da União

O governo não poderá mais fazer, neste ano, o leilão do óleo excedente do pré-sal, que poderia render até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Sem a licitação, prevista para ocorrer no dia 29 de novembro, a Petrobrás também deixará de receber o pagamento pela revisão dos termos do contrato que trata dessas áreas, chamado de cessão onerosa. O acordo da cessão onerosa foi fechado pela Petrobrás com a União e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões ao governo. Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada por tensões geopolíticas e preocupações quanto ao desempenho da economia, entre outros fatores. Em razão disso, a Petrobrás alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito de ser ressarcida.

O motivo da postergação do leilão é uma mudança nos critérios de acompanhamento de desestatizações do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovada na semana passada. A Corte de contas passou a exigir do poder público o envio de um extrato com todas as informações relacionadas a qualquer licitação, com antecedência mínima de 150 dias da data da publicação do edital. Isso obriga o governo a enviar todos os dados seis meses antes do dia da disputa. Por esse novo critério, o governo já perdeu o prazo. Pela regra antiga, as desestatizações eram avaliadas em cinco estágios diferentes, o que permitia ao governo entregar documentos ao mesmo tempo que organizava a disputa. A 15.ª Rodada de Petróleo e Gás, que ocorreu no dia 29 de março, teve de ser alterada um dia antes, quando o TCU mandou retirar duas áreas da rodada.

A nova regra do TCU entrou em vigor no dia 25 de junho, quando foi publicada no Diário Oficial da União. Se enviasse o extrato com as informações da licitação ontem, dia 28 de junho, a União só poderia publicar o edital do leilão no dia 26 de novembro. Entre a publicação do edital e a realização do leilão, o intervalo padrão seguido pelo governo é de 45 dias. Se tudo ocorresse sem atrasos, a licitação só poderia ocorrer no dia 9 de janeiro. Critérios. O Estadão/Broadcast apurou, no entanto, que o governo não tem essas informações prontas para o envio, nem está próximo de concluir o levantamento dos dados necessários. Entre os dados estão a descrição do objeto a ser desestatizado, a previsão de valor de investimentos e o cronograma licitatório.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Marcio Félix, disse que o TCU está participando das discussões sobre cessão onerosa e afirmou que o governo vai dialogar em busca da melhor solução. A Petrobrás não respondeu. O TCU informou que novos casos seguirão a regra aprovada na semana passada, e os já em andamento vão continuar a seguir a instrução antiga. O órgão foi questionado de forma específica sobre se a regra já valia para o leilão do excedente da cessão onerosa. Informou apenas que, no período

de transição entre as normas, poderia fazer avaliações caso a caso. A reportagem apurou, no entanto, que o governo só conseguiria realizar o leilão em 2018 se a nova regra fosse revogada. Sem o leilão, o governo também não terá como pagar a Petrobrás este ano. A União contava com essa arrecadação para pagar a companhia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Liminar não afeta venda de empresas, diz governo

Avaliação é de que privatização das distribuidoras da Eletrobrás, prevista para o dia 26 de julho, está garantida por cinco leis diferentes

A liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski a respeito da necessidade de o Congresso aprovar a privatização de empresas públicas não afeta o leilão das distribuidoras da Eletrobrás, marcado para o dia 26 de julho, exceto no caso da Ceal, subsidiária de Alagoas. Essa é a avaliação do governo, segundo o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Fernando Antônio Ribeiro Soares. O secretário citou cinco leis diferentes que permitem a privatização das distribuidoras. A primeira é a lei que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND), atual Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A lei que autorizou a federalização das distribuidoras Ceal (Alagoas), Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí) e Eletroacre (Acre), também previa a posterior privatização das companhias.

Outras duas medidas provisórias trataram de forma específica da federalização e posterior privatização da Boa Vista e da Amazonas Energia. E a Lei 12.783/2013 também previu que a União deveria licitar as distribuidoras cujos contratos de concessão não fossem renovados. “Na avaliação do Ministério do Planejamento, os critérios estão cumpridos para cinco das seis distribuidoras”, afirmou Soares ao Estadão/Broadcast. Ele reconheceu que a viabilidade da privatização da Amazonas Energia depende ainda da aprovação do projeto de lei no Congresso, mas destacou que isso tampouco impede o leilão da empresa.

Soares ressaltou que o caso da Ceal é diferente, pois o ministro deu uma liminar específica retirando a distribuidora do leilão por uma disputa entre Alagoas e a União. Na época da federalização, estava previsto que o dinheiro obtido com a venda da companhia poderia abater parte da dívida do Estado. Na ação, o governo de Alagoas quer uma recomposição de R\$ 1,7 bilhão pelas ações da companhia, mas nas discussões com o governo o pedido era de R\$ 4 bilhões.

“Nesse caso, a ideia é separar a questão da desestatização da Ceal da discussão da dívida entre União e Alagoas”, disse o secretário.

O governo do Piauí também tem uma ação sobre a Cepisa no STF, mas, diferentemente de Lewandowski, a ministra Rosa Weber não concedeu liminar impedindo o leilão. O problema, disse Soares, é que o endividamento e o prejuízo da Ceal só aumentaram nos últimos 20 anos, o que fez com que a empresa ficasse sem valor de mercado. “Temos a discussão do valor do contrato assinado na época, atualizado pelos valores de hoje, em face do preço do leilão. Só que essas distribuidoras só têm valor para quem comprá-las e fizer melhorias na qualidade do serviço. Hoje, sem investimentos, elas têm um valor muito baixo, por isso decidimos pela venda pelo valor simbólico de R\$ 50 mil”, explicou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Julia Lindner

Título: Decisão de Lewandowski mobiliza Planalto

AGU vai entrar com recurso no STF para garantir que leilão das distribuidoras da Eletrobrás seja realizado

Mesmo sem poder de interromper o leilão das distribuidoras da Eletrobrás, a liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski exigindo autorização do Congresso para privatizar empresas públicas tem mobilizado o governo. Caberá à ministra- chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para que não restem dúvidas a respeito da realização da disputa. A AGU também vai tentar derrubar a liminar que impede a venda da Ceal por causa de uma disputa entre União e governo de Alagoas pelo abatimento da dívida do Estado. O governo escalou os ministros de Minas e Energia, Moreira Franco, e da Secretaria de Governo, Carlos Marun, para defenderem a privatização das distribuidoras da estatal, marcada para o dia 26 de julho. “A Advocacia- Geral da União está entrando com recurso (no Supremo Tribunal Federal) e acredito que vá se encontrar uma solução”, afirmou Moreira Franco. “O leilão vai ocorrer.” Marun disse que respeitava o posicionamento de Lewandowski, mas classificou sua decisão como “equivocada”.

“Vamos lutar para que essa decisão seja reformada”, afirmou. “Essas decisões que vêm do Judiciário nos preocupam. Sem querer relativizar a independência do Poder Judiciário, mas as consequências tem que ser avaliadas.” Marun disse

que a privatização das distribuidoras é imprescindível para a Eletrobrás e para as próprias companhias, que correm o risco de liquidação, o que levaria à extinção das empresas, demissão dos trabalhadores e à piora na qualidade dos serviços. Ele reconheceu que a proximidade do período eleitoral tem trazido mais dificuldades para o governo, o que se soma ao período de festas juninas e Copa do Mundo, que também desmobilizam o Congresso Nacional. A Eletrobrás informou que adotará todas as medidas necessárias para reverter a decisão que retirou a Ceal do leilão. A empresa afirmou que está avaliando os impactos do despacho do ministro sobre o leilão das demais distribuidoras e da venda de suas participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). / COLABOROU FÁTIMA LARANJEIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Leilão de linhas de energia tem deságio de até 74%

Empresas ofereceram descontos recordes na receita que vão receber pelos projetos; grande vencedora foi a indiana Sterlite

Depois de sete horas de paralisação por causa de uma decisão judicial, o leilão de concessões para a construção de novas linhas de transmissão de energia no Brasil terminou ontem, à noite, com um resultado acima das expectativas. Os investidores ofereceram deságios recordes frente à receita máxima estabelecida para os projetos, que chegaram a 74%. No total, 47 empresas e consórcios se inscreveram para participar da disputa, que envolve 2,6 mil km de linhas de transmissão e subestações em 16 Estados do País. No total, os empreendimentos vão exigir investimentos de R\$ 6 bilhões. A briga foi travada por empresas tradicionais do setor, como Taesa, Cteep, CPFL e Energisa, com outras desconhecidas, como Zapone Engenharia e IG Transmissão e distribuição – empresa de construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica. A grande vencedora do leilão, no entanto, foi a indiana Sterlite – que já havia se destacado nas últimas disputas. A empresa, que estreou no País no ano passado, conquistou seis dos 20 lotes ofertados e terá de investir R\$ 3,6 bilhões para levantar os empreendimentos, que devem entrar em operação no prazo de 36 a 63 meses a partir da assinatura dos contratos de concessão.

Além da companhia indiana, outro destaque da disputa foi a Cteep, controlada da colombiana ISA, que ofertou o maior deságio do leilão, de 73,92%, pelo lote 10, propondo-se a receber uma receita anual de R\$ 38,8 milhões por um lote de empreendimentos com investimento de R\$ 237,9 milhões localizados em São

Paulo, onde a companhia concentra suas atividades. Nesse tipo de leilão, vence a disputa a empresa que aceita receber a menor receita anual permitida. Essa receita é paga por todos os consumidores, por meio da conta de luz. O concessionário será remunerado por 30 anos pela prestação do serviço. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o desconto médio do leilão chegou a 55,26%, o maior dos últimos 20 anos. O diretor da Aneel André Pepitone destacou que o deságio resultará em uma economia para o consumidor de R\$ 14,17 bilhões.

“O sucesso desse leilão reflete a confiança dos investidores no setor elétrico brasileiro”, disse. O resultado surpreendeu boa parte do mercado, que esperava que, em meio à aceleração da taxa de câmbio e das incertezas macroeconômicas e políticas, os empreendedores seriam mais cautelosos, levando a um deságio menor que o registrado no certame anterior, de 40,46%. Em meio à queda do volume de investimentos desde o início da crise econômica, o setor de transmissão de energia tem sido um oásis no setor de infraestrutura. Nos últimos leilões, o apetite dos investidores tem surpreendido especialistas e até o governo federal, que comemora os resultados. O humor da iniciativa privada mudou após alterações feitas pela Aneel nas regras de licitação em 2016. Além da revisão da receita anual permitida (RAP), que é o valor que os investidores recebem, os prazos de construção também foram alongados e os lotes, fatiados, para permitir a entrada de empreendedores menores.

De lá pra cá, a procura por projetos de transmissão de energia tem alcançado empresas de várias áreas e países. Nos últimos leilões, apesar do forte apetite, alguns lotes não tiveram interessados. No de ontem, todos foram arrematados. Impasse jurídico. O leilão começou por volta das 16h, após atraso devido a embate judicial que envolveu uma das empresas interessadas. A licitação, prevista inicialmente para começar às 9h, ficou suspensa por liminar obtida pela JAAC Materiais e Serviços, que foi à Justiça após não ser habilitada para disputar o certame. O leilão foi retomado após a derrubada da liminar, que envolveu um acordo com a JAAC, que havia enfrentado um problema no aporte de garantias exigido pelas regras. A o final, a JAAC não conseguiu vencer o lote 3, para o qual havia se inscrito. / C O L A B O R O U RENÉE PEREIRA

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor:****Título: Leilão da Aneel vende tudo**

Após um início conturbado, com suspensão liminar e demora de seis horas para reversão da decisão judicial, o leilão de linhas de transmissão, realizado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), teve lances em todos os 20 lotes, disputas acirradas e ágios robustos. A empresa indiana Sterlite Power Grid se destacou como a grande vencedora, ao arrematar seis lotes, com ativos em Goiás, Bahia, Sergipe, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Minas Gerais, com a maioria dos ágios acima de 50%.

Foram ofertadas 21 linhas de transmissão (LTs) e 15 trechos, totalizando 2,6 mil quilômetros, e 22 subestações de energia (SE). Venceram os candidatos que apresentaram a menor Receita Anual Permitida (RAP) ante um valor máximo estipulado em edital. No seu primeiro lance, a Sterlite ofertou R\$ 85 milhões com ágio de 58,54% por ativos no CE e RN. Depois arrematou o lote 4, da Paraíba, por R\$ 25,7 milhões e ágio de 57,16%, numa disputa acirrada para cobrir a oferta da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), que ofereceu ágio de 56,6%.

Linhas na Bahia e em Sergipe também ficaram com a indiana, por R\$ 52,5 milhões (60,59%), em disputa com competidores nacionais como a Taesa, a Neoenergia e a Energisa. Para o lote de Goiás, a Sterlite ofereceu R\$ 25,3 milhões (51,62%) e, pelo linhão do Pará, R\$ 61,6 milhões (32,42%). No último leilão, levou linhões e subestações em Minas, com lance de R\$ 31,4 milhões (52,08%).

A indiana também lutou para ficar com o lote 19, de LT e SE no Pará, e deu vários lances para bater a Energisa, que venceu ao arrematar os ativos por R\$ 33,5 milhões (57,18%), depois de três tentativas da concorrente. Outro consórcio que apostou alto e saiu com três concessões foi o Lyon Energia. Arrematou lotes na Bahia, por R\$ 10,9 milhões (37,45%), em Tocantins, por R\$ 7,2 milhões (63,39%), e no Piauí, por R\$ 9,3 milhões (51,37%).

O consórcio BR Enind Energia venceu dois lotes, uma na Bahia por R\$ 5,4 milhões e ágio de 48,78%, após disputar com o Consórcio Transmissão Brasil, e outro em Alagoas, por R\$ 8 milhões (35%). O grupo Lux Luz ficou com dois empreendimentos: o 13o lote, em Goiás, com lance de R\$ 4,9 milhões (54,86%); e o 14o, no Rio Grande do Sul, por R\$ 5,4 milhões (47%).

A CPFL Energia ofereceu R\$ 7,8 milhões (52,76%) por ativos no Ceará. A CTEEP arrematou o lote 10, de trechos de LT e subestação em São Paulo, por R\$ 10,1 milhões (73,92%). O lote de Santa Catarina foi vencido pelo consórcio Columbia por RAP de R\$ 38,2 milhões (66,65%). Para ativos no Rio de Janeiro, a Zopone Engenharia e Comércio ofereceu R\$ 14,9 milhões (51,94%). A LT do Piauí e Maranhão ficou com a F3C Empreendimentos por R\$ 5,8 milhões (45,33%). Com apenas dois lances, o lote 18 de LT no Maranhão foi vencido pelo Consórcio I.G, por R\$ 7,8 milhões e o menor ágio, 23,62%.

Sem acordo sobre frete

A segunda tentativa de acordo sobre o tabelamento do frete de transporte rodoviário, promovida pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), com caminhoneiros e representantes do setor produtivo, fracassou. Não houve consenso. Se de um lado transportadores alegam que não existe abertura para negociação, de outro, empresários argumentam que a definição de um piso para os preços vai contra o livre mercado e, por isso, é inconstitucional.

O tabelamento faz parte da Medida Provisória (MP) 832, anunciada em 30 de maio pelo governo federal para atender ao pleito dos caminhoneiros, numa tentativa de encerrar a greve da categoria. O texto estipula valores mínimos para o frete rodoviário de cargas.

Após a reunião sem acordo, Fux declarou que vai tomar uma decisão liminar depois de 27 de agosto, quando haverá uma audiência pública sobre o tema. “Estão convocadas autoridades fazendárias, que cuidam da política econômica do Brasil, até para nos informar se haverá efeitos na inflação, qual a melhor solução para essa questão”, disse. Sem uma definição antes do recesso do Judiciário, os dirigentes disseram que podem acionar a ministra de plantão do STF. A tendência, porém, é de que o assunto só seja resolvido após o término do recesso.

Levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mostrou que o tabelamento do frete poderia elevar o preço da cesta básica em 12,1% e a inflação para 5% ou 6% ainda em 2018. Diumar Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), disse que propôs um desconto de 20% na tabela da MP para tentar o acordo. (HF)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fábio Pupo****Título: Mudar decisão no plantão é difícil, sinaliza Cármen**

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, afirmou ontem considerar "extremamente difícil" que uma decisão tomada no plantão judiciário, durante o recesso da corte, mude o entendimento sobre a venda de estatais. O relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski, deferiu liminar proibindo a venda de controle acionário de estatais de todas as esferas sem aval dos respectivos legislativos e do Congresso Nacional.

A decisão atinge diretamente a venda das distribuidoras da Eletrobras, marcada para o fim de julho, e teria que ser revertida antes disso para que não se crie um impasse para a empresa e a União.

Nas férias de julho, Cármen Lúcia fica responsável por julgar questões que cheguem no plantão. "Seria necessário superveniência de dado novo para isso ser levado em regime de plantão", disse Cármen em entrevista à rádio CBN. "O relator ofereceu a decisão a partir da avaliação dos dados. Acho extremamente difícil [rever a decisão em plantão]."

O governo começou a se preparar para levar ao STF argumentos para um entendimento sobre a decisão. A avaliação inicial é que até mesmo a alienação de distribuidoras da Eletrobras deve ser objeto de uma "pacificação" com a corte.

O secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Fernando Soares, afirmou que vai subsidiar o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, com argumentos para uma visão do governo sobre as desestatizações. As conversas serão, a partir daí, conduzidas entre Colnago e outros ministros com a Advocacia-Geral da União (AGU). O passo seguinte seria a AGU levar a defesa ao STF.

Na quarta-feira, Lewandowski concedeu medida cautelar interpretando que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que o caso for de alienação de controle acionário. E acrescentou que a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle.

Segundo Soares, a avaliação da secretaria é que o processo de venda das distribuidoras da Eletrobras já cumpre os requisitos estipulados. Segundo ele, as

seis empresas - Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia e Amazonas Distribuidora de Energia - foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

"Então estaria cumprido o preceito da lei", disse Soares. Além disso, as distribuidoras serão leiloadas. "Isso é uma grande forma de licitação", disse. Mesmo assim, ele ressalta que "nada está pacificado" e que o caminho a ser adotado é de um "entendimento" com o STF.

A decisão também pode afetar os planos de desinvestimento da Petrobras. O caso mais avançado era o da venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), controlada da estatal. O governo esperava uma venda até o mês que vem. E há também o anunciado processo de desinvestimento de refinarias.

Nesses casos, a secretaria entende que a venda de subsidiárias de estatais de economia mista é uma decisão comercial da empresa. "Na lei de criação da Eletrobras e da Petrobras, já há um mandamento legal que permite que aquela empresa crie subsidiárias. Se permite que crie, entendemos que permite alienar", disse Soares.

Segundo o secretário, esse é o entendimento que o governo levou em casos anteriores de caráter semelhante em outros órgãos, como o Tribunal de Contas da União (TCU). "Com o STF, é uma das primeiras vezes que a secretaria se depara com essa discussão. Mas fazemos isso constantemente com o TCU", disse.

Segundo Soares, o governo trabalha "diuturnamente" para esclarecer os pontos jurídicos do processo. "Tão importante quanto uma reforma da Previdência é uma reforma da administração. Por isso existe nosso plano de desestatização e desinvestimento. Estamos trabalhando para responder às dúvidas jurídicas a respeito desse processo", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresa

Autor: Camila Maia, Rodrigo Rocha, Estevão Taiar e Rodrigo Polito

Título: Sterlite arremata principais linhas de leilão da Aneel

Após uma espera de sete horas, devido a uma liminar obtida na Justiça contra o certame, os investidores ignoraram o cansaço e confirmaram a expectativa de grande competição no primeiro leilão do ano de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ontem na Bolsa B3. No total, 47

investidores foram habilitados, sendo que 12 tentavam entrar pela primeira vez no segmento de transmissão.

Em uma licitação que negociou todos os 20 lotes ofertados, com deságio médio de 54,99%, o destaque foi a indiana Sterlite, que arrematou seis empreendimentos - incluindo os quatro maiores do pacote da Aneel - totalizando 1,859 mil km de linhas (72,6% do total ofertado) e investimentos estimados de R\$ 3,6 bilhões (60,6% do total previsto nos projetos leiloados).

Segundo o presidente mundial da companhia, Pratik Agarwal, a empresa planeja investir US\$ 1,5 bilhão nos próximos três ou quatro anos no Brasil. Nos últimos anos, a Sterlite investiu cerca de US\$ 1,7 bilhão em projetos de energia no país. Ao todo, a empresa planeja alcançar US\$ 4 bilhões em investimentos na América Latina até 2022.

"O Brasil é de longe o nosso maior mercado da região" e deve ficar com pelo menos US\$ 3,2 bilhões, afirmou o executivo. A empresa planeja também anunciar nas próximas semanas a contratação de um presidente para a subsidiária brasileira.

De acordo com Agarwal, alguns fatores tornam o Brasil um mercado "muito atraente" para a Sterlite. Um deles é a qualidade da regulação do setor. "Nenhum país do mundo tem um histórico de 20 anos de concessões de transmissão de energia como o Brasil."

Segundo o executivo, apesar de algumas empreiteiras brasileiras enfrentarem "problemas financeiros", elas "são de boa qualidade" técnica. O executivo também admite que as incertezas políticas são "um risco" no país, mas que não chega a ser significativo. "Não acreditamos que nenhum partido [que ganhe a eleição], seja de direita ou de esquerda, vá interferir em projetos antigos", afirma.

Previsto para começar às 9h, o leilão ficou suspenso até 16h, devido a uma liminar obtida pela paulista Jaac Service, que havia sido inabilitada para disputar o Lote 3 do certame, por ter habilitado as garantias em nome do consórcio Lara/Jaac. A Aneel havia entendido que tratava-se de um novo concorrente que não havia se inscrito anteriormente. A Lara, porém, pertence ao mesmo grupo econômico da Jaac. O último lote foi arrematado pouco depois das 21 horas.

Depois de a Jaac Service ter prestado esclarecimentos e chegado a um acordo com a Aneel, restou apenas a homologação pela Justiça para o início do leilão. Porém, o alvo da empresa, o lote 3, o maior do certame, com 541 km de extensão, nos Estados de Ceará e Rio Grande do Norte, foi arrematado pela

Sterlite, com RAP de R\$ 85,05 milhões, representando um deságio de 58,54% em relação ao valor previsto no edital.

Multinacional assumiu mais da metade da extensão ofertada no certame e dos investimentos previstos

Além dos indianos, também foi destaque no leilão a Cteep. Controlada pela colombiana ISA, a companhia arrematou dois lotes, somando 69 km. Foi da Cteep o maior deságio obtido na licitação, de 73,92%, ao ofertar RAP de R\$ 10,114 milhões pelo Lote 10, que envolvia um conjunto de obras de transmissão em São Paulo, totalizando 12 km.

A Energisa venceu um lote importante, o de número 19, com 205 km de extensão e investimentos estimados de R\$ 480 milhões, no Pará, após uma disputa no viva-voz com os indianos da Sterlite. O consórcio Lyon, formado pela Lyon Infraestrutura, Gestão e Desenvolvimento de Projetos e pela PLM Empreendimentos, venceu três lotes, somando 138 km de extensão, na Bahia, Piauí e Tocantins.

Em entrevista ao final do leilão, André Pepitone, diretor da Aneel, destacou que três dos lotes leiloados são voltados ao escoamento de energias renováveis, e vai permitir que projetos de geração eólica se habilitem para o leilão A-6 previsto para agosto. Ele se referiu aos lotes 3, 7 e 20. "Eles estão dedicados ao escoamento de energias renováveis, eólica e solar, fontes que vêm promovendo o desenvolvimento econômico das regiões", disse Pepitone.

"A Aneel classifica o leilão como extremamente exitoso", disse Pepitone, destacando que esse sucesso reflete a confiança dos investidores no setor de energia elétrica no Brasil", disse o diretor da agência reguladora.

Com dois lotes arrematados, o consórcio BR Enind, composto pela BREnergia, Brasil Digital Telecomunicações e Enind Engenharia e Construção, levantará 49 km de linhas na Bahia e Alagoas. O consórcio Lux Luz, formado por JB Construtora, JHH Participações Eireli e Pacto Energia, também arrematou dois pequenos lotes, com 6 km de extensão, em Goiás e Rio Grande do Sul.

A Zopone Engenharia e Comércio ganhou a concessão de uma linha de 26 km, no Rio de Janeiro. A F3C Empreendimentos e Participações arrematou contrato para construir e operar uma linha de 95 km, no Piauí e Maranhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Juliana Schincariol****Título: Liminar de Lewandowski pode prejudicar Petrobras**

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, de proibir a venda do controle de estatais e suas subsidiárias sem a prévia autorização do Congresso, pode trazer efeitos sobre o programa de desinvestimentos da Petrobras. Segundo fontes consultadas pelo Valor, a medida traz insegurança jurídica e pode atrasar as negociações, num momento em que a estatal intensifica os esforços para cumprir a meta de vender mais US\$ 16 bilhões em ativos até o fim do ano.

Segundo o Bradesco BBI, o programa de venda de ativos da estatal pode tornar-se "excessivamente burocrático" caso envolva o aval do Congresso. "Embora essa decisão ainda possa ser revertida por uma maioria de votos no Supremo Tribunal Federal (STF), isso [decisão do Lewandowski] poderia interferir significativamente no programa de venda de ativos da Petrobras", afirma o relatório do banco, assinado por Vicente Falanga.

Para o analista do Bradesco, até mesmo as negociações mais avançadas, como a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), poderiam ser afetadas.

Na avaliação do sócio da Cescon Barriau, Rafael Baleroni, a liminar concedida por Lewandowski traz inseguranças e pode influenciar nos processos judiciais que julgam uma série de ações civis públicas contrárias as negociações envolvendo a venda de ativos da petroleira.

"Uma decisão dessas, mesmo uma cautelar do STF, tem poder de influência sobre decisões de instâncias superiores. Cria uma cautela nas instâncias inferiores", disse o advogado.

Pelo entendimento do ministro do STF, a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário. Baleroni destaca que essa interpretação pode abrir brechas para contestações sobre a venda de ativos como a TAG e as refinarias.

Ele também disse que ainda não está claro se o entendimento valerá para negócios em curso ou só para as futuras vendas, mas que a liminar, por si só, já é suficiente para lançar inseguranças sobre os negócios em andamento. Os desinvestimentos em curso incluem subsidiárias e controladas como a BSBios e fábricas de fertilizantes.

Para a advogada Raquel Sousa, que representa o Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas em uma série de ações contra a venda de ativos da Petrobras, a decisão de Lewandowski reforça os processos judiciais em curso. Este mês, por exemplo, o Sindipetro chegou a obter, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Pernambuco, uma liminar - posteriormente cassada - que barrava a venda da TAG, ativo avaliado entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões pelo UBS.

Na ação, o sindicato alega que a Petrobras deve seguir a sistemática de venda prevista no Plano Nacional de Desestatização (PND) e, assim como todas as empresas públicas, promover uma licitação para a venda. Segundo Raquel, o entendimento de Lewandowski corrobora essa visão. O ministro do STF, em sua decisão, alegou que a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas.

"A decisão reforça o que temos defendido. A Petrobras está usando a sistemática de desinvestimentos para promover desestatizações sem licitações. Há uma série de processos ainda sem decisão de mérito e acreditamos que a decisão do Lewandowski possa influenciar a decisão dos juízes".

Procurada, a Petrobras não comentou o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras

Título: Suíça Glencore negocia compra da Alesat, dona da rede de postos Ale

A empresa suíça Glencore está negociando a aquisição da Alesat, distribuidora de combustíveis dona da rede de postos Ale, segundo duas fontes. A companhia era uma das principais estrangeiras interessadas, competindo com a holandesa Vitol e a francesa Total. A dianteira, até dois meses atrás, era da holandesa Vitol. Mas não houve acordo sobre preço e a empresa não chegou a fechar exclusividade.

Quando a Glencore chegou à mesa de negociações, o nome causou estranheza aos envolvidos. A Glencore é uma grande trading de commodities, com destaque para petróleo, e uma referência no setor de mineração. Mas o mercado de distribuição e varejo também começou a entrar no radar da companhia no ano passado.

A companhia suíça fez uma joint-venture no México com Corporacion G500, uma associação de donos de postos e serviços. A rede tem o nome de G500 e fornecerá combustível, marca e serviços de varejo, com objetivo de ser líder em

distribuição e comercialização de combustíveis no México. A multinacional suíça também negocia a compra de ativos da Chevron na África do Sul e Botsuana que, além de uma refinaria na Cidade do Cabo, inclui uma rede de 800 postos de combustível nos dois países.

Segundo uma fonte, a Alesat tem dito internamente e à sua rede de relacionamentos que está focada em seus planos de expansão neste momento. No entanto, o processo de venda segue correndo e é coordenado pelo Banco Safra.

Essa é uma nova rodada de negociação da Alesat, que tinha sido vendida em junho de 2016 para o grupo Ultra, dono da rede Ipiranga. A operação, no entanto, foi vetada pelo Conselho Administrativo de Defesa da Econômica (Cade) em agosto de 2017, em uma decisão interpretada como também restritiva às outras grandes do setor - BR Distribuidora e Raízen.

Na época, a Alesat foi avaliada em R\$ 2,17 bilhões. Executivos próximos à operação afirmaram que seria difícil a Alesat conseguir o mesmo preço em novas negociações. De fato, os interessados têm oferecido preços cerca de R\$ 400 milhões menor, disse uma fonte.

"Como acontece em toda negociação à espera do Cade, a rede ficou parada no tempo por um ano, o que acaba afetando seu desempenho. Além disso, o veto deixou claro que as opções de compradores são restritas", afirma um executivo com conhecimento do assunto.

Segundo relatório da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre abastecimento, em 2016 a participação de mercado da Alesat na distribuição de gasolina automotiva era de 5%, em óleo diesel, de 3,1% e em etanol, de 2,69%. Em 2017, essas participações caíram para 4,33%, 2,76% e 2,06%, respectivamente, conforme o boletim da ANP. A participação de mercado no total de postos revendedores de combustíveis também caiu, de 2,8% em 2016 para 2,5% em 2017.

De um ano para o outro, o faturamento da companhia caiu 4,2%, para R\$ 11,2 bilhões.

A Alesat tem 2000 postos de combustíveis próprios, da marca Ale, espalhados por 22 Estados. Além de sua rede, abastece postos bandeira branca e clientes diretos como fazendas, transportadoras e locadoras de veículos.

Em entrevista ao Valor em agosto de 2017, o presidente e acionista da Alesat, Marcelo Alecrim, disse, logo depois da negativa do Cade ao negócio com a Ipiranga, que a intenção naquele momento era investir para crescer. "Trabalhar para crescer até mesmo visando lá na frente um IPO ou coisa assim", afirmou.

Alecrim é dono de 32% da companhia; o fundo de investimentos americano Darby tem 18%; e o grupo Asamar, de Minas Gerais, 50%.

Conforme o Valor apurou, a Vitol pode até voltar às conversas se as demais interessadas recuarem e se os sócios da Alesat aceitarem rever preço. Vitol e Glencore esbarraram também em uma outra disputa envolvendo vendedores brasileiros. Ambas estão entre as interessadas na aquisição da Petrobras Oil & Gas, negócio de exploração de petróleo e gás na África que pertence à Petrobras, ao BTG Pactual e à gestora Helios Investment Partner.

Procurada, a Glencore diz que "não comenta rumores ou especulações de mercado". A Alesat não comentou. (Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Paula Selmi

Título: Samarco tem linha de crédito de Vale e BHP

Vale e BHP Billiton, controladoras da Samarco, criaram linhas de crédito para sua controlada. A Vale pretende disponibilizar até US\$ 53 milhões. Já a linha da BHP pode chegar a US\$ 211 milhões.

Os recursos serão destinados para apoiar as operações e trabalhos de reparo da Samarco no segundo semestre de 2018 e cobrir as despesas relacionadas aos especialistas nomeados em consonância com o acordo assinado nesta semana com o Ministério Público Federal (MPF) para reparação das consequências decorrentes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG).

A linha de crédito será fornecida sem configurar uma obrigação da Vale para com a Samarco. Segundo a BHP, US\$ 158 milhões irão para os programas de compensação da Fundação Renova, e serão compensados com a provisão anterior da companhia para o caso. Outra parcela de US\$ 53 milhões será destinada aos trabalhos de reparo, manutenção e planejamento relacionado ao reinício das atividades da companhia.

A Vale informou que dada a previsão atualizada do fluxo de caixa da Samarco, os acionistas serão chamados a cumprir na proporção de sua fatia acionária, as obrigações do acordo para restauração do meio ambiente e das comunidades afetadas pela tragédia. A Vale estima contribuir, no total, com R\$ 557,5 milhões no segundo semestre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Fatores externos derrubam minério e elevam petróleo**

As matérias-primas industriais continuam sujeitas à geopolítica. De um lado, o nervosismo em torno da guerra comercial de Estados Unidos e China, promovida pelo presidente americano Donald Trump, derrubou os preços do minério de ferro em junho até ontem. Do outro, a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de elevar a produção chegou a deixar a cotação instável, mas a percepção de que o mercado segue equilibrado deixou a commodity no azul.

O minério, inclusive, tem contrariado os próprios fundamentos econômicos de seu mercado. A China, maior compradora do insumo no mundo, bateu recorde histórico de produção mensal de aço no mês passado, com 81,1 milhões de toneladas. O minério é o principal ingrediente da fabricação do aço. Ao mesmo tempo, a oferta global diminuiu, principalmente com a parada do Minas-Rio, da Anglo American, e a "força maior" da Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - ambos, do Brasil.

Mesmo assim, os preços se encaminham para queda em junho. Ontem, terminaram em US\$ 64,44 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin", queda de 1,3% no acumulado do mês. No primeiro semestre, já caem 11,3%. A referência é o produto com pureza de 62% entregue no porto chinês de Qingdao.

Conforme a sazonalidade histórica da commodity, o segundo trimestre mostrou enfraquecimento ante o primeiro. A cotação média até ontem encontrava-se em US\$ 65,98 no período, 11,3% a menos do que nos três primeiros meses de 2018 e alta de apenas 4,7% em comparação anual.

Por outro lado, a Vale tem pouco a reclamar. A mineradora contabiliza seus resultados em reais e, por conta da disparada do dólar ante a moeda brasileira, para ela a média de preços foi melhor. A queda em reais foi muito menor do primeiro para o segundo trimestre, de 1,6%, para R\$ 237,51. Ante o período de abril a junho de 2017, a alta foi de 17,7%. É importante ressaltar que a cotação à vista responde por apenas um terço da formação de preços da Vale - as outras parcelas são de valores passados e projeções - e que a qualidade média de seu minério é diferente de 62%.

Para o banco alemão Commerzbank, a tensão comercial entre Estados Unidos e China tem contribuído para uma instabilidade do minério. A corretora australiana ANZ Research, contudo, argumenta que a perspectiva é positiva. No

segundo semestre, por exemplo, o ainda aquecido consumo chinês e as paradas de produção fazem com que a instituição preveja equilíbrio entre oferta e demanda.

No caso do petróleo, a geopolítica deixou os investidores tensos, mas a análise mais calma da decisão da Opep recuperou o ânimo do mercado. A percepção, ao fim do mês, foi de que não haverá sobreoferta relevante no mundo por conta do crescimento da demanda e do forte baque sofrido pela produção venezuelana e iraniana, principalmente.

Relatório da ANZ indica que Opep tem apenas 2 milhões de barris/dia de capacidade adicional para elevar a produção

O Brent com vencimento em setembro terminou ontem em US\$ 77,61 na ICE Futures de Londres, leve alta de 0,1% no mês. Frente ao pior nível do mês, por outro lado, no auge do pessimismo em relação ao aumento da oferta de Opep e seus aliados, há valorização de 6,6%. Por sua vez, o WTI com vencimento no mesmo mês sobe 7,3% até ontem na Nymex, de Nova York, para US\$ 71,81. Ambos são referentes ao segundo contrato.

A ANZ ressalta, em relatório, que a Opep tem apenas 2 milhões de barris por dia de capacidade adicional para elevar a produção. Só a Venezuela deve reduzir em quase 1 milhão de barris sua oferta durante o segundo semestre, com 300 mil barris de exportação iraniana também comprometidos e mais potencial de 400 mil barris de corte da Líbia.

Ou seja, potencialmente o cartel não conseguiria nem cobrir o que seus membros não estão entregando mais ao mercado.

A maioria dos bancos de investimento, como Bank of America Merrill Lynch (BofA), Credit Suisse e Goldman Sachs, não creem em sobreoferta por enquanto. O consumo forte e as restrições de infraestrutura dos EUA para escoar a produção do xisto, inclusive, pode levar a cotação a até US\$ 90, apostam os analistas.

Por outro lado, o banco suíço Julius Baer alerta: o momento ainda é de alta instabilidade. Em relatório, a instituição recomenda cautela em investimentos na commodity e lembra que ainda não é certeza que o Irã será fortemente afetado pelas sanções americanas. Mas faz uma ressalva. "Acabar com as exportações iranianas reduziria em 2 milhões de barris por dia a oferta, um déficit muito difícil de ser coberto. Esse cenário impulsioneira bastante os preços", diz.

A grande ameaça provavelmente virá dos EUA, à medida que conseguir exportar toda a capacidade do xisto. No longo prazo, há potencial de pressão de muitos

lados. A consultoria especializada Rystad Energy calcula que US\$ 110 bilhões de investimentos foram destravados desde o início de 2017, quando o preço começou a subir. A maioria entrará em operação em 2024.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: Petros cobra R\$ 584 milhões de ex-dirigentes

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, pediu na Justiça uma indenização de R\$ 584 milhões de ex-dirigentes e conselheiros pelos prejuízos e danos referentes à aquisição de uma participação na Itaúsa comprada em 2010 da Camargo Corrêa com ágio em relação ao valor de mercado. A entidade processa dez pessoas, incluindo os ex-presidentes Luis Carlos Afonso e Wagner Pinheiro, de acordo com documento obtido pelo Valor.

Também constam no processo, que corre na 32ª Vara Cível do Rio de Janeiro, os ex-diretores de seguridade, Maurício Rubem, e de administração, Newton Cunha. Do conselho deliberativo da época, estão Ronaldo Tedesco, que mantém o assento, eleito pelos participantes, Jorge José Nahas Neto, Paulo Brandão, Regina Lucia da Rocha Valle, Armando Ramos Trípodi e o então presidente do colegiado, Wilton Santarosa.

O valor requerido tem como base um laudo elaborado pelo economista Rafael Chaves Santos, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que concluiu que a Petros teria pago, no mínimo, R\$ 584 milhões a mais pela compra de ações da Itaúsa. A fundação adquiriu 192,57 milhões de ações ordinárias da Camargo Corrêa, em 30 de dezembro de 2010, por R\$ 14,48 cada. Segundo o documento o preço máximo deveria ter sido de R\$ 12,50. A fatia da Camargo correspondia a 11,4% do capital votante. E o negócio previa um volume adicional para que fosse atingida a participação de 15%.

Quando foi comprada, a fatia de Itaúsa foi alocada no PPSP, plano de benefício definido e que concentra os investimentos problemáticos da fundação. A nova direção, liderada por Walter Mendes, vendeu as ações em dezembro de 2017 por R\$ 4,519 bilhões.

O laudo, encomendado pela fundação em investigação interna, verificou que o negócio atribuiu um preço com base nas ações preferenciais e não nas ordinárias. Também elevou o valor de mercado atribuído, com base em materiais publicitários imprecisos e avaliação desatualizada. O estudo afirma que não considerou a diferença entre o preço potencial da ação divulgado por

corretoras e pela área de relações com investidores da Itaúsa, e considerou de forma equivocada que a Petros deveria pagar um prêmio de controle.

Segundo o documento, a construção do preço de compra e venda não considerou a possibilidade de um deságio sobre o valor de mercado, ainda que as partes soubessem que a alternativa para a Camargo Corrêa vender as ações a mercado "levaria décadas" para ser efetivada. Já a Petros tinha a possibilidade de adquirir um produto de relação entre risco e retorno parecido com as ações da Itaúsa a mercado em semanas.

Caso não se entenda corretas as premissas no laudo, a Petros solicita à Justiça que sejam ressarcidos R\$ 151,5 milhões. A petição não detalha como chegou a este valor.

A petição da Petros analisa vários pareceres sobre o negócio feitos na ocasião. Um deles aproveitou argumentos e números apresentados pela Camargo Corrêa, considerando os aspectos positivos do negócio. Outro documento avaliou as ações com recomendação de compra e preço alvo de R\$ 20,52, um potencial de valorização de 64,5% para o final de 2010. Assim, recomendava a aquisição dos papéis a um preço base de R\$ 13,39, observando um limite de R\$ 14,48. O preço médio das ações ON da Itaúsa negociado nos 120 pregões que antecederam o negócio foi de R\$ 12,89.

A Petros lembra que o pagamento de ágio exige uma fundamentação econômica, como projeções de lucratividade futura ou pagamento de prêmio por aquisição de percentual relevante do capital social de uma empresa. Alega que a fundação teria ficado com todo o risco do negócio e ao não atingir os 15% desejados, deveria ir a mercado enquanto a Camargo Corrêa garantiu a sua saída do investimento recebendo um preço com ágio e sem risco.

Por causa da iliquidez do ativo, a Petros continuou sua expansão na posição das ações da Itaúsa para que pudesse, em 2011, passar a participar efetivamente da governança da empresa, porém com resultados limitados, acrescenta.

Os ex-administradores, na visão da entidade, faltaram com o seu dever de diligência, e descumpriram diversas normas, inclusive internas, ao aprovarem a operação que gerou prejuízos milionários. Segundo a Petros, não é possível comprometer uma só pessoa e a diretoria executiva - presidente e diretores de administração e seguridade - deve ser considerada responsável solidária pelos danos. E os membros do conselho aprovaram o negócio sem observar a norma que regia os investimentos dos fundos de pensão, e regras internas.

No processo, a entidade lembra que a operação foi investigada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a CPI dos Fundos de Pensão, e também é alvo da operação Greenfield.

O caso foi distribuído no final de março e em despacho no dia 5 de abril, o juiz José Mauricio Helayel Ismael determinou a intimação dos réus sobre a possibilidade de acordo. Procurado, o ex-conselheiro Paulo Brandão disse que na ocasião foi considerado o melhor investimento e que a defesa está sendo formulada. A reportagem não conseguiu localizar os outros dirigentes citados no processo. Questionada sobre o assunto, a Petros disse que está cumprindo seu dever de diligência e de proteção do patrimônio dos participantes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Roberto Rockmann

Título: Cadeia petroquímica atrai investimentos

Primeiro complexo petroquímico planejado do país, o Polo de Camaçari tem se sofisticado com novos investimentos, adensando a cadeia iniciada pela produção de bens petroquímicos básicos pela Braskem. Construída na segunda metade da década de 1970, a planta central da petroquímica tinha sido concebida para produzir 100% à base de nafta, matéria-prima líquida. No fim dos anos 2000, a revolução energética nos Estados Unidos do gás de xisto, com alto teor de etano, fez com que o insumo ganhasse escala global e fosse exportado. O insumo é mais competitivo do que a nafta e sua presença maior na matriz do setor indica que a volatilidade dos preços petroquímicos tende a ser mais alta nos próximos anos. A Braskem iniciou então estudos para adaptar suas plantas para receber etano, de olho na diversificação da matriz.

A planta de Camaçari era a mais próxima do Golfo dos Estados Unidos, um dos centros produtores de gás de xisto no mundo, e havia uma central de tancagem no porto de Aratu ociosa, que poderia ser adaptada para receber o etano como matéria-prima em suas operações. A Braskem investiu R\$ 380 milhões para adaptar a infraestrutura logística no terminal de Aratu, no duto de interligação e na adequação tecnológica de sua unidade de petroquímicos básicos em Camaçari. Em novembro do ano passado, a empresa passou a receber os primeiros embarques. "Essa primeira linha tem a capacidade de ir até 30% de etano e estamos estudando a viabilidade de fazer outro investimento na segunda linha de produção, que também poderia ir até 30%", diz Marcelo Cerqueira, vice-presidente responsável pela unidade de químicos e vinílicos.

A indústria 4.0 está na agenda da Braskem, que criou, neste ano, uma área interna com profissionais especializados em inteligência artificial e novas tecnologias para apoiar as equipes industriais a criarem soluções nas plantas. A petroquímica tem usado simuladores on-line de processos produtivos para elevar sua produtividade em suas operações. "E podemos ir além na digitalização em logística e no modelo de vendas", diz.

Em 2015, o polo adensou sua cadeia com a chegada da Basf, que investiu € 500 milhões em um complexo de produção em escala mundial de ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros superabsorventes. São as primeiras fábricas de ácido acrílico e polímeros superabsorventes na América do Sul, com capacidade para 160 mil toneladas por ano. Dois anos antes, a Kimberly Clark, fabricante de bens de consumo duráveis, especializada em artigos de higiene e usuária de componentes derivados do ácido acrílico para a fabricação de produtos como fraldas de bebês tinha aberto uma unidade no polo.

O investimento da Basf trouxe impacto de US\$ 300 milhões para a balança comercial brasileira, com US\$ 200 milhões via redução das importações e US\$ 100 milhões em exportações. "Além de agronegócio e tintas, esse investimento proporcionou um outro pilar no Brasil que não tínhamos", diz Tania Oberding, diretora industrial do complexo acrílico da Basf em Camaçari. A Basf tem estudado como atrair mais clientes e outras empresas para o polo, para adensar a cadeia, mas não revela detalhes.

Investimentos como esses e o da Ford e a atração de outros elos da cadeia sofisticaram a indústria local e regional. Nas contas da economista Tânia Bacelar, o Nordeste aumentou sua participação nos desembolsos do BNDES em uma década e meia, de 5% para 15%. A participação regional no PIB nacional, que caiu a 12,5% na década de 1990, voltou a 13,5%, a mesma dos anos 80.

Com investimentos de € 64 milhões, a Deten ampliou sua capacidade de produção da planta de Camaçari, o que permite incrementar a produção de LAB, matéria-prima destinada à produção de detergentes biodegradáveis. O acréscimo mantém a empresa como única produtora no Brasil do material e maior produtora global, com capacidade total de 600 mil toneladas, 15% da demanda mundial. A planta pertence à joint venture, formada pela Cepsa (72%) e Petrobras (28%).

Uma notícia negativa veio da Petrobras, que anunciou a intenção de fechar gradualmente a produção das suas fábricas de fertilizantes localizadas em Sergipe (Fafen-SE) e na Bahia (Fafen-BA). A estatal deverá abandonar a área. O governo da Bahia tenta reverter a decisão, para evitar impacto sobre o polo, diz Paulo Guimarães, superintendente de promoção do investimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia. "Procuramos viabilizar gás mais

barato para o projeto e esperamos que a Petrobras continue operando a planta ou que um operador privado possa fazê-lo".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Roberto Rockmann

Título: Energia cara é desafio à expansão do complexo

Assim como em outros polos produtivos do país, as empresas instaladas em Camaçari têm no custo da energia uma de suas grandes preocupações. Segundo o executivo de uma multinacional instalada no polo, a conta de energia elétrica da unidade local é R\$ 200 milhões por ano mais alta que a de uma unidade na América do Norte e a de gás, R\$ 600 milhões superior. Para driblar os preços industriais da energia do Brasil, que podem comprometer futuros projetos de expansão, governo e empresas têm adotado diferentes estratégias.

A distribuidora de gás local, a Bahiagás, lançou no ano passado uma chamada pública inédita no mercado brasileiro, para atrair empresas interessadas em ampliar a oferta de gás no Estado. Foram recebidas 14 propostas, dez de empresas brasileiras e quatro estrangeiras - pequenos produtores independentes no Recôncavo Baiano, empresas parceiras da Petrobras em campos do pré-sal empreendedores interessados em importar Gás Natural Liquefeito (GNL). Para viabilizar as propostas, a empresa tem um entrave: a Petrobras informa que o terminal de regaseificação instalado na costa da Bahia estaria com sua capacidade tomada. As discussões entre a distribuidora e a estatal continuam, mas a Bahiagás agora discute o lançamento em breve de uma nova chamada pública para acréscimo da oferta, dessa vez de forma coordenada com outros Estados. "Estamos analisando se será uma chamada única ou algumas de vários Estados; a chamada que fizemos teve repercussão regional", afirma Luiz Gavazza, presidente da distribuidora. Seria uma forma de ampliar a oferta e tentar reduzir preços. O maior cliente da empresa é o Polo de Camaçari.

O setor também está de olho no leilão A-6, de contratação de energia daqui a seis anos, em 2024, em que cinco projetos de térmicas na Bahia com capacidade instalada somada de 3,7 GW e consumo de cerca de 16 milhões de metros cúbicos diários estão cadastrados e poderão participar da licitação. O negócio principal dos empreendedores é gás para energia elétrica, mas há também projetos que podem contemplar a instalação de terminais de regaseificação, o que cria oportunidades. "Poderia trazer novos negócios", diz Gavazza. Para Paulo Guimarães, superintendente de Promoção do Investimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia, boa parte dos projetos de térmicas

traz a possibilidade de instalação de terminal de regaseificação. "Isso aponta para a mudança da matriz energética e acréscimo de novos ofertantes", diz.

A Braskem tem atuado em três frentes: redução do consumo de gás a partir de reforço constante de projetos de eficiência energética, avaliação de oportunidades na área de energia renovável, com destaque para as fontes eólica e solar e de gás em campos terrestres.

Boa parte da atenção do governo baiano e dos empresários está no Congresso Federal, onde tramita o projeto de lei 6407, com base nas medidas discutidas no projeto Gás para Crescer, criado para abertura do mercado a partir do plano de desinvestimento da Petrobras, que tem vendido participação em distribuidoras de gás e em gasodutos. A incerteza política e a proximidade das eleições tornam sua votação neste ano uma incógnita. O projeto cria as bases para o livre acesso das empresas a terminais de regaseificação e a dutos e implementa o mecanismo de gás release, em que a Petrobras tem de se submeter a programas de venda obrigatória de gás para favorecer a concorrência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Roberto Rockmann

Título: Bahia não tem regras para o mercado livre de gás

Um dos cinco maiores produtores de gás natural do Brasil, com reservas sendo exploradas por produtores independentes no Recôncavo, a Bahia não possui regulação para o mercado livre de gás natural, em que as empresas poderiam ter liberdade para negociar a aquisição do insumo. O Estado não é o único. Atualmente apenas 14 Estados têm regulação específica sobre o tema, que pode criar melhores condições para os grandes consumidores usarem gás.

Não existem grandes consumidores industriais de gás livre, como acontece no setor elétrico. "Isso ampliaria as possibilidades das empresas que consomem gás e têm nele um custo relevante", observa Mauro Guimarães Pereira, superintendente do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic). Mesmo os Estados que criaram sua regulação também não conseguiram destravar os investimentos por conta de problemas na legislação. Em Pernambuco, por exemplo, o consumo mínimo exigido é de 500 mil metros cúbicos diários, mas o maior consumidor estadual utiliza pouco mais de 100 mil metros cúbicos por dia. Já em São Paulo, o consumidor livre pode adquirir o gás apenas do comercializador, não sendo possível contratar de outros produtores ou importadores. Para resolver a questão e destravar o mercado, os grandes consumidores apostam na votação do projeto de lei 6407, que tramita no Congresso em Brasília.

Além de criar regras para o livre de acesso a dutos e terminais de regaseificação, o projeto também busca criar regras comuns para o mercado livre, como um volume mínimo para se tornar consumidor livre, mas a proposta tem sofrido resistência dos Estados e das distribuidoras de gás. Eles alegam que o esforço não deve ser pela criação de um mercado livre, mas para ampliar a oferta de gás, hoje nas mãos de uma única grande empresa: a Petrobras.

Segundo as distribuidoras, o maior problema para os grandes consumidores está na ausência de ofertantes de gás natural e na falta de livre acesso à malha de transporte. Isso exigiria estabelecer regras para essa abertura. A Petrobras é a grande produtora do insumo no país e a principal carregadora, em um momento em que o setor discute a renegociação do acordo com a Bolívia, responsável por 30 milhões de metros cúbicos por dia.

"Alguns pontos poderiam ser resolvidos sem a participação do Congresso, como as tarifas de entrada e saída dos gasodutos. Mas também seria preciso comando legal para o livre acesso a gasodutos de escoamento, unidades de processamento e gasodutos de transporte, o que foi excluído da redação final da Lei do Gás", diz Marcelo Mendonça, gerente de competitividade da Abegás, que reúne as distribuidoras de gás natural. Para ele, a abertura do mercado depende do aumento da oferta e dos fornecedores para que o crescimento do segmento seja sustentável. "O mercado livre não existe por causa da ausência de ofertantes; se não for possível destravar a oferta de gás não se chegará a ele", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Andrea Vialli

Título: Bahia avança na cadeia de energia eólica

Com ventos estratégicos, infraestrutura logística e incentivos governamentais, a Bahia atraiu empresas produtoras de equipamentos para a geração eólica no Polo de Camaçari e avança rumo a se tornar o líder nacional na produção de energia dos ventos.

Atualmente o Estado conta com 2.701 megawatts (MW) de potência instalada em eólicas, e com a incorporação dos parques que estão em construção, alcançará 5.104,5 MW até 2023. Com isso, vai ultrapassar o Rio Grande do Norte, que hoje lidera a geração de eólica no país, que deverá chegar a 4.528 MW nos próximos anos. Nos últimos três anos, foram construídos na Bahia 71 parques eólicos com uma capacidade instalada de 1.700 MW, um investimento de R\$ 6,7 bilhões com geração de 26 mil empregos, segundo o governo do Estado.

A energia dos ventos vem se consolidando como uma das fontes com maior expansão no Brasil, com preços cada vez mais competitivos. No último leilão de energia nova realizado pelo governo federal, em dezembro de 2017, o preço do megawatt-hora (MWh) da energia eólica chegou a R\$ 98,62, bem abaixo do valor inicial, que era de R\$ 276 por MWh, o que fez a eólica abocanhar uma fatia de 49 dos 63 empreendimentos contratados. Isso trouxe fôlego extra a empresas que haviam realizado investimentos para atender ao mercado de energia eólica, mas sofreram com a recessão dos últimos três anos.

É o caso da Nordex Acciona que, graças aos últimos leilões, garantiu a produção firme até 2021, com 40% de participação nos projetos contratados. A empresa, resultado de uma fusão entre a alemã Nordex e a espanhola Acciona, produz desde 2013 componentes para geração eólica em uma fábrica em Simões Filho (BA), que faz parte do polo de Camaçari.

De lá saem naceles (compartimento que abriga o gerador e o sistema de transmissão), e hubs, que também compõem o aerogerador. A empresa também mantém outras três unidades de produção de torres de concreto, localizadas próximas a parques eólicos no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Os dois últimos leilões de contratação representaram uma retomada de novos projetos de geração, após quase dois anos sem a realização de lances em razão da retração da economia.

"Havia uma incerteza quanto a novos projetos, o que levou a empresa a realizar cortes. Mas os últimos leilões trouxeram novo fôlego, e o Brasil segue como um dos países que mais instala megawatts de eólica em todo o mundo", diz David Lobo, diretor de vendas da Nordex Acciona.

Entre os últimos contratos firmados, está o de fornecimento de equipamentos para o parque eólico de Fortim, de Furnas, no Ceará, no valor de R\$ 450 milhões. O complexo eólico terá potência instalada de 123 MW e entrará em operação em novembro de 2019.

A atração de empresas da cadeia de energia eólica para o Polo de Camaçari ocorreu em razão da necessidade de nacionalização dos componentes, uma exigência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para concessão de financiamentos.

A partir de 2010, a concessão de incentivos por parte do governo da Bahia, tais como isenção de ICMS para indústrias que se instalem no Estado e processos mais ágeis de licenciamento ambiental levou muitas empresas a se instalarem na região de Camaçari - de multinacionais, como a própria Nordex Acciona, GE e Siemens, e fabricantes nacionais, como Torrebras e Tecsis.

A questão geográfica também foi levada em conta nas escolhas das empresas. "A proximidade com os parques geradores, já que a maior parte dos empreendimentos eólicos está localizada na região Nordeste, foi um fator importante de atração", diz Elbia Gannoum, presidente executiva da Abeeólica, associação que representa o setor.

Outra vantagem é a proximidade com o porto de Aratu, a 23 quilômetros do polo industrial. A cadeia produtiva da energia eólica gera em torno de 3.000 empregos nas unidades industriais dos principais fabricantes de equipamentos do setor.

MME / ASCOM .